

Índios aceitam ferrovia em suas terras

Na próxima segunda-feira, a frente de serviços que constrói a ferrovia Carajás-Ponta da Madeira começará a penetrar na reserva indígena Mãe Maria. Mas a possibilidade de uma reação dos índios Gaviões, que ameaçavam interditar os trabalhos, insatisfeitos com a Funai e a Companhia Vale do Rio Doce, foi superada ontem.

Após quatro horas de conversações com 10 representantes da Funai e da CVRD, os índios recusaram da disposição de não permitir a continuidade das obras por seu território, em troca do atendimento de várias reivindicações e do compromisso de que a empresa estudará a proposta de um acordo em benefício da comunidade durante todo o tempo de funcionamento da ferrovia, que será a mais importante via de escoamento da produção mineral brasileira. Com isso, o presidente João Figueiredo poderá inaugurá-la no dia 28 de fevereiro, conforme está previsto.

Os desentendimentos

A possibilidade de interrupção dos trabalhos levou a Funai e a CVRD a deslocar funcionários para discutir com a liderança dos Gaviões na aldeia Mãe Maria, que fica a 30 quilômetros de Marabá. Os índios acumulavam vários tipos de queixas e exigiram uma redefinição do programa de assistência que vem sendo executado desde 1982.

Este programa foi criado por exigência do Banco Mundial, que só aprovaria um empréstimo de 300 milhões de dólares — para ser aplicado na própria ferrovia — se a CVRD desse assistência às 14 comunidades indígenas, com uma população de 4,5 mil pessoas, localizadas na área de influência de ferrovia, que corta 890 quilômetros entre a Serra dos Carajás e o litoral do Maranhão.

A CVRD assinou, há dois anos, um convênio com a Funai para a aplicação, em cinco anos, de 13,6 milhões de dólares nas 14 áreas (quatro no Pará e 10 no Maranhão). Mas representantes da própria empresa admitiram, ontem, que foi cometido um erro quando fizeram a programação sem consultar os índios.

Cutia, que falou em nome dos Gaviões, queixou-se de não saber o que a Funai faz com o dinheiro, logo acrescentando que muitas coisas desejadas pela comunidade não foram incluídas no programa. Ele entregou aos técnicos uma programação de oito itens, no valor de 55 mil dólares, para ser cumprida ainda neste ano como parte do convênio. José Valdeir Teixeira, como representante da Vale, aprovou o pedido.

Os índios também entregaram uma previsão para ser cumprida no próximo ano. A Vale prometeu atender às solicitações, mas pediu prazo até dezembro para adequar cada um dos projetos e fazer a avaliação dos custos. Também ainda vai examinar outros pedidos mais onerosos apresentados pelos índios, como uma estrada de 60 quilômetros, contornando toda a parte norte da reserva, que ocupa 62 mil hectares.

O ponto mais importante do encontro, porém, foi a proposição de um projeto especial elaborado pela comunidade indígena: os Gaviões querem receber um benefício da Vale — na forma de royalty, pedágio ou qualquer outro instrumento — durante todo o tempo em que os trens carregados de minério cruzarem a reserva. Através do documento, os índios pretendiam obter uma posição formal da direção da empresa antes do assentamento dos trilhos dentro da reserva.



Índios irritados

A sala de reuniões era pequena: alguns índios acompanharam da janela

O "capitão" Kokrenum, muito irritado, já havia adquirido uma grossa corrente, com 30 metros de comprimento, e fortes cadeados, para impedir que as turmas de trabalhadores ingressassem no território indígena. Sua insatisfação advinha do não cumprimento de algumas promessas por ele cobradas, com duas motosserras (necessárias para a abertura das roças) e um caminhão. As motosserras já foram entregues nesta semana e o caminhão chegará à aldeia em três dias. Mas Kokrenum decidiu não participar da reunião, designando Cutia para representá-lo. "Só quero ver a cara dos brancos quando o contrato estiver assinado", disse ele no encontro da liderança indígena, realizado na véspera.

José, irmão de Kokrenum, chegou a declarar, durante a reunião, que enquanto o documento não estivesse subscrito, a ferrovia ficaria do lado de fora da reserva. Mas os representantes da CVRD conseguiram convencê-lo a mudar de ideia, argumentando que a obra — cujo valor final será de 1,5 bilhão de dólares — não pode parar. Comprometeram-se a receber a proposta e a dar uma resposta brevemente, ressaltando logo que consideravam "inteiramente justa" a reivindicação dos índios. Além de verificar a possibilidade de efetuar o pagamento, a empresa precisará definir o valor desse benefício.

Amado Rodrigues, outro representante da Vale, disse que a empresa preocupou-se em evitar o mínimo de impacto à vida dos 180 índios pela ferrovia. A cada 90 minutos um trem, com 140 vagões, cruzará a reserva carregado de minério rumo ao porto de exportação.

Impacto da ferrovia

Para que a ferrovia pudesse abrir um corredor de 15 quilômetros, por 80 metros de largura, desmatando 1,5 milhão de metros cúbicos. A CVRD pagou 59 milhões de cruzeiros de indenização, aos índios pelas terras e cobertura vegetal existente na área, em 1982.

Por ter adquirido inclusive a propriedade da terra, a empresa



Cutia: escolhido pelo cacique para negociar com os "brancos"

estaria disposta a argumentar que, juridicamente, os Gaviões não têm mais direito a cobrar royalty ou qualquer outra forma de taxa, já que transferiram seus direitos. Os índios talvez já estivessem alertas para este aspecto: logo no início do encontro, Cutia lembrou que a comunidade assinou os acordos com a Eletronorte e a Vale, para a passagem da linha de transmissão de energia de Tucuruí e da ferrovia, numa época em que "quase não sabíamos das coisas, nem tínhamos quem nos auxiliasse". Os Gaviões consideraram os 59 milhões como "um agrado". Não iriam satisfazer-se com apenas esse dinheiro.

— Como agora estamos percebendo que o trem vai passar durante muito tempo pela reserva, queremos saber o que vai acontecer dentro de cinco anos, quando acabar o convênio. Estou pensando em benefícios para o meu filho e o meu neto — disse Cutia.

Os Gaviões querem que a Vale e a Funai continuem aplicando os recursos através do convênio,

que para este ano destina 57 mil dólares para Mãe Maria, dos quais ainda faltam aplicar 10 mil. Mas exigiram que a programação fosse elaborada diretamente por eles, que também farão a fiscalização.

Amado Rodrigues, da CVRD, explicou que no início a empresa "não tinha conhecimento algum sobre os problemas das comunidades indígenas, mas tínhamos confiança de que a Funai conhecia esses problemas. Por isso, acreditávamos que o plano apresentado pela Funai era o melhor para as comunidades".

Falha do convênio

Ele reconheceu que o encaminhamento do convênio, neste aspecto, foi falho: "não se perguntou ao índio o que ele queria, o que ele julgava mais urgente. Em função disso, pode-se ter feito uma programação não satisfatória".

Teixeira, também da Vale, procurou mostrar que os problemas surgidos e que provocaram

os protestos dos índios, podem ser creditados ao corte do orçamento da empresa, de 20%, determinado pelo Governo, "que também afetou o convênio". Ambos afirmaram que a Vale e a Funai já haviam percebido as incorreções e se propuseram a modificar a ação.

No segundo semestre deste ano, com a posse de Jurandy da Fonseca (já demitido) na presidência da Funai, os técnicos decidiram rever o convênio, por considerá-lo mal utilizado: alguns dos gastos não beneficiavam diretamente os índios.

— Mudamos a orientação do convênio no sentido de beneficiar o índio e não a Funai — destacou Teixeira, explicando dessa maneira o atraso no atendimento dos pedidos dos índios, como as duas motosserras, que tanta irritação causou ao "capitão" Kokrenum. Valdo Bittencourt, da Funai, aproveitou para acrescentar que a queda de Jurandy e a ascensão de um novo presidente não altera a nova orientação: "Mudou a pes-

Texto: Lucio Flavio Pinto

Fotos: Paulo Santos

soa não a concepção de ação permanente a mesma".

Teixeira completou que a Vale continuará a agir apenas através da Funai: "Não podemos, não sabemos e não queremos nos envolver diretamente na questão indígena". Amado Rodrigues explicou para os índios que todo o dinheiro do convênio de assistência provém da própria empresa e do Governo e não do Banco Mundial, como os Gaviões pensavam: "O banco apenas fiscaliza o cumprimento, como nós fiscalizamos a Funai. O dinheiro é nosso". E disse que, a partir daquele momento, os índios faziam a programação e administrariam sua execução. Cutia imediatamente pediu recursos para poder visitar as comunidades indígenas próximas "porque queremos trabalhos junto com elas".

Nova programação

Acertada a nova concepção do convênio, os técnicos examinaram a programação suplementar apresentada pelos Gaviões, a ser executada ainda neste ano. Eles pediram 29 mil dólares para um fundo rotativo de financiamento à castanha, dos quais 15 mil seriam destinados ao pagamento de uma dívida com a firma Jorge Mutran (que financia a safra) e 14 mil para o custeio da produção. Mais US\$ 16 mil seriam para a cantina e sete mil para um depósito. Outros 15 mil dólares iriam para reembolso de despesas efetuadas, medicamentos, óleo e munição.

Outros itens ainda não estavam avaliados monetariamente. O principal deles é a construção de uma estrada, de 60 quilômetros de extensão (custo estimado de 500 milhões de cruzeiros), circundando toda a parte norte da reserva. Através dela, os Gaviões querem fiscalizar as divisas da propriedade para impedir invasões como as que ocorreram ao sul. Lá, os índios têm uma antiga pendência com o fazendeiro João Queiroz e 46 famílias de colonos que o Getat assentou dentro da reserva, em 1981. Os índios querem que a Funai e a Vale indenizem essas ocupações para que a área seja "limpa". E pretendem também ali implementar a fiscalização, porque pelo leite da ferrovia estão entrando muitos lavradores.

A primeira parte foi imediatamente aceita. Mas a segunda, por ser mais onerosa, ainda será examinada. A Vale dará uma resposta posteriormente, como analisará — até dezembro — a programação para o próximo ano. Os índios querem aparelhar a aldeia, construir novas casas, reformar algumas que já existem e instalar duas unidades de beneficiamento industrial, uma para arroz (a safra deste ano rendeu quase três mil sacos) e outra para milho (que deu 800 sacos).

Também ficará pendente de exame o pedido dos Gaviões de um royalty ou pedágio pela passagem do trem. A Vale conseguiu que os índios não condicionassem a assinatura do contrato à aceitação do prosseguimento das obras. Mas os índios também obtiveram uma manifestação favorável da empresa à reivindicação. Embora juridicamente a Vale já possua os direitos sobre a área a empresa sabe que, nos 15 quilômetros dentro de Mãe Maria, a única das 14 áreas indígenas cortadas pela ferrovia (que tangencia as demais), é melhor ter bons vizinhos. A expectativa desta boa vizinhança foi o principal saldo da reunião de ontem.



Durante quatro horas, 10 técnicos discutiram com os Gaviões a passagem da ferrovia



As mulheres, do lado de fora, esperavam por uma decisão